



RESENHA

BIGNOTTO, Newton. **O Brasil à procura da democracia: da proclamação da república ao século XXI (1889-2018)**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

Igor Ferreira Fontes¹

Nas duzentas e sessenta e quatro páginas que compõem o livro Newton Bignotto se propõe a investigar o percurso das ideias democráticas durante o período republicano do Brasil, de sua proclamação em 1889 às eleições presidenciais de 2018. Como o próprio autor destaca na introdução da obra, trata-se das ideias democráticas e não dos conceitos de democracia porque seu interesse reside “[...] nos debates teóricos sobre a natureza dos regimes políticos, mas também nas representações do regime democrático, que influenciaram intelectuais brasileiros e também políticos e a imprensa em geral [...]” (p.19). Por meio desta delimitação Bignotto permite entender como os acontecimentos políticos influenciaram ou moldaram nossos debates políticos.

A fim de delimitar sua investigação, Bignotto seleciona cinco referenciais teóricos que compõem sua análise das ideias democráticas ao longo dos quatro capítulos do livro: o par liberdade-igualdade, comunidade, autonomia, participação e conflito. Quanto à divisão cronológica da história brasileira, ele adota a divisão em três fases republicanas: a Primeira República (1889-1930), a Segunda República (1945-1964) e a Terceira República (1985 até os dias de hoje), embora também inclua em sua análise a Era Vargas (1930-1945) e a ditadura militar (1964-1985), mesmo que estes dois últimos períodos não possam ser considerados republicanos (p.27). Os quatro capítulos do livro são divididos de modo a tratar da Primeira República no primeiro capítulo, da Era Vargas e da Segunda República no segundo, da ditadura militar e dos primeiros anos da Terceira República (até 2010) no terceiro e, por fim, no quarto capítulo se dedica ao período de crise democrática no Brasil, de 2010 a 2018.

¹ Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe, Brasil.

No título ou subtítulo de cada capítulo o autor fornece indícios do que constatou em cada período analisado e que será aprofundado no desenvolvimento do capítulo. Assim, no primeiro capítulo, intitulado “A Primeira República (1889-1930): uma república sem democracia”, Bignotto faz alusão ao sentimento de decepção entre os entusiastas do fim da monarquia e defensores da república porque a mudança de regime não teria provocado mudanças na “questão social” (conceito que Bignotto retoma de Hannah Arendt): a liberdade continuou restrita à elite, a população libertada da escravidão permaneceu discriminada e as desigualdades persistiram, atribuindo ao regime as feições mais de um governo oligárquico que de uma república. O título do segundo capítulo, “A Era Vargas e a Segunda República (1930-1964): o Brasil em direção à modernidade democrática”, alude a certas mudanças nos direitos que ampliaram a participação popular e teriam colocado o país no caminho da democracia, embora muitos brasileiros permanecessem excluídos da vida pública.

Nos dois primeiros capítulos Bignotto procede a partir de oposições entre vertentes do pensamento político e analisa o percurso das ideias democráticas contrastando autores conservadores a liberais, marxistas ou, de um modo mais geral, não conservadores. Francisco José de Oliveira Viana, Virgínio Santa Rosa e Azevedo Amaral, que defenderiam governos fortes e serviriam de base ao pensamento autoritário brasileiro (defendendo inclusive a ditadura de Getúlio Vargas) são contrapostos a Manoel José do Bomfim, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes e Raymundo Faoro, mesmo que não sejam liberais no sentido atribuído ao termo na Europa. Nos dois últimos capítulos do livro a contraposição entre essas duas vertentes de pensamento desaparece e Bignotto não se detém mais sobre os autores conservadores, centrando sua análise naqueles que discutiam as ideias democráticas dentro do ambiente acadêmico, especialmente nas ciências sociais e na filosofia. Além de retomar Caio Prado, Florestan e Faoro, nos dois últimos capítulos Bignotto também discute escritos de Fernando Henrique Cardoso, Marilena Chauí, Vladimir Safatle, André Singer e muitos outros.

Os dois últimos capítulos do livro poderiam ser lidos a partir de um fio condutor que perpassaria o intervalo de tempo deles: a criação e a frustração das esperanças democráticas. No terceiro capítulo, intitulado “A Terceira República ou a era da esperança (1964-2010): a ideia democrática da ditadura militar aos governos Lula”, Bignotto observa que mesmo durante a ditadura havia certa esperança entre os intelectuais da época: entre os marxistas, de que a ditadura seria encerrada por meio de uma revolução; entre os liberais, seria uma Constituição a pôr fim à ditadura. E, quando Lula foi eleito em 2002, havia um clima geral de

esperança em torno dele, por parte da população, de que as desigualdades sociais fossem reduzidas e o país retornaria ao processo de democratização interrompido em 1964. Todavia as expectativas foram frustradas, e o último capítulo do livro, “De Dilma a Bolsonaro: a crise da democracia brasileira no século XXI (2010-2018). O destino de uma experiência de redução das desigualdades”, trata da ilusão nos anos anteriores de que o Brasil teria encontrado sua democracia e como o país foi tomado por uma guerra de facções que foi levada ao governo com a eleição de Jair Bolsonaro.

O recurso à concepção de guerra de facções talvez seja a principal contribuição do livro de Bignotto para se pensar a crise política brasileira no século XXI. Retomando o conceito desenvolvido por James Madison e Nicolau Maquiavel, Bignotto o propõe como uma alternativa à lógica de uma política polarizada em apenas dois campos; ter-se-iam, assim, diversos grupos combatendo “[...] pelo poder político e pelo controle dos mecanismos do Estado [...]”, o que uma divisão binária da sociedade não daria conta de explicar (p.223). Resumidamente, as facções corresponderiam a grupos de cidadãos que universalizam seus interesses particulares, sejam estes ideológicos ou econômicos, de modo a fazer prevalecer uma parte sobre o todo, podendo ainda se unirem e agir em conjunto. Para fortalecer sua argumentação, Bignotto fornece alguns exemplos de facções na vida pública brasileira: as igrejas neopentecostais, que usam políticos para promover seus interesses e atacar minorias; movimentos sociais como Movimento Brasil Livre (MBL) e similares, que adotaram discursos de ódio à esquerda e às suas ideias; setores econômicos como o agrícola e o armamentista, que buscam comprar parlamentares que promovam seus interesses privados sem se preocuparem com o interesse comum; setores do Judiciário que se comportavam como atores políticos, incluindo a batalha de egos entre ministros do STF; meios de comunicação que buscavam influenciar a vida política conforme seus interesses (p.226-229). Um exemplo da pertinência dessa análise de Bignotto é a divisão ocorrida na base de apoio de Jair Bolsonaro: a saída do ex-ministro Sérgio Moro provocou uma divisão entre os apoiadores do presidente, fieis à figura de Bolsonaro, e os eleitores “lavajatistas”, que o apoiaram por seu discurso anticorrupção, mas eram mais fiéis à figura de Moro. Tratavam-se de duas facções ideológicas de vínculos personalistas que lutavam pelo controle do Estado e por algum momento haviam se unido, mas suas lealdades residiriam em pessoas diferentes e os atritos levaram à dissolução dessa união.

A conclusão a que Bignotto chega no final do livro é indicada já no subtítulo da conclusão: “Uma procura ainda em curso”. O Brasil continua procurando por sua democracia

e as tentativas de sua implementação foram frágeis e submetidas a forças sociais e políticas que não conseguiam resolver suas diferenças no plano institucional. Os conflitos escapavam dos limites das leis e se tornavam lutas impiedosas pelo controle do estado; a participação popular, limitada historicamente e ampliada recentemente, não foi suficientemente forte para conter a crise democrática; e as desigualdades não foram reduzidas. Contudo, a singular história brasileira culminou na produção de uma comunidade intelectual capaz de refletir adequadamente sobre as nuances e especificidades da política brasileira (p.245-247). O livro de Bignotto mostra-se importante tanto para aqueles que querem compreender o caminho percorrido pelos ideais democráticos no Brasil quanto para os que querem refletir sobre a atual crise política do país, especialmente a partir de um aparato conceitual republicano, diverso do comumente usado para se analisar a política brasileira.